

MONUMENTUM

TJDFT – VICE-PRESIDÊNCIA – SEGD – SERAMI - ANO II, Nº 10, JANEIRO DE 2012

TJDFT: “CHAMAS DA JUSTIÇA ALCANÇANDO A POPULAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL”



Quando a cidade de Brasília foi construída já vigorava no ordenamento jurídico brasileiro o entedimento da importância da existência de órgãos judiciais responsáveis pela promoção do acesso à justiça pela população brasileira. Nesse diapasão é que foram tomadas medidas visando garantir a prestação jurisdicional pelo Estado para os habitantes da nova capital. Essas medidas podem ser divididas em dois momentos: antes e depois da inauguração da cidade de Brasília.

No primeiro momento, o Governo Federal formulou uma solução provisó-

ria que contou com o apoio do Poder Judiciário do Estado de Goiás, o qual destacou magistrados para atuarem provisoriamente na cidade que se construía. Nesse período, destacaram-se os trabalhos prestados pelo Juiz de Direito Lúcio Batista Arantes, designado pelo TJ goiano para dar cumprimento ao acordo celebrado.

O segundo momento foi regulamentado por meio da Lei 3.754, de 14 abril de 1960, na qual foi determinada a criação, a partir da inauguração de Brasília, de um Tribunal de Justiça com o objetivo de oferecer aos cidadãos da nova capital federal o acesso à justiça. Coube assim, ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios essa importante função para a sociedade brasileira. Mister ainda hoje irradiante em sua missão institucional: “*Proporcionar à sociedade do Distrito Federal e dos Territórios o acesso à Justiça e a resolução dos conflitos, por meio de um*

atendimento de qualidade, promovendo a paz social”.

Com a construção do bloco D (Palacinho) foi instalado na parede lateral do plenário do TJDFT um painel em carpete que ilustra o papel do Tribunal. De um lado está representado a cidade, a população e do outro constam chammas em tons alaranjado e vermelho representando a Justiça do Distrito Federal. Assim, têm-se a justiça, representada pelas chammas, alcançando a população do DF.

O painel é de autoria do arquiteto Hermano Montenegro, responsável pelos projetos arquitetônicos de construção (1969) e reforma (2002) do Palácio da Justiça e também de construção do Bloco D (2002).

Conheça outras obras que integram o acervo artístico do Tribunal e conheça a história do TJDFT acessando a página do Centro de Memória Digital: www.tjdft.jus.br/memoria.

EXPEDIENTE

Presidente: Des. Otávio Augusto Barbosa

Vice-Presidente: Des. Dácio Vieira

Corregedor: Des. Sérgio Bittencourt

Secretaria de Gestão Documental

Serviço de Apoio à Memória Institucional

Diagramação: Diego Morosino - ACS, Clarismar Gomes

Redação: Otacilio Marques, Clarismar Gomes, Liliane Miranda

Fotos: ACS - TJDFT, Acervo TJDFT.

MEMORIAL TJDF

ESPAÇO DE FORTALECIMENTO DA CIDADANIA

ESPAÇO DESEMBARGADORA LILA PIMENTA DUARTE

O Memorial TJDF - Espaço Desembargadora Lila Pimenta Duarte trabalha na pesquisa e conservação da memória do Tribunal de Justiça, bem como na divulgação dessas informações históricas a fim de permitir aos seus visitantes uma melhor compreensão da história, funções e curiosidades desta Casa de Justiça.

O Espaço está localizado no Fórum de Brasília, Bloco A, 10º andar, Ala A, e funciona de segunda a sexta, das 12 às 19 horas. Seu público é formado por magistrados, servidores e comunidade. Além desses, o Memorial, desde 2010, firmou parceria com o Programa Cidadania e Justiça na Escola, desenvolvido pela Amagis-DF, o que ampliou sensivelmente o número de cidadãos conhecedores da trajetória do TJDF.

Em 2010, mais de 1.572 crianças tiveram a oportunidade de participar das atividades desenvolvidas pelo Programa. Em 2011, a parceria continuou e 2.424 alunos da rede pública de ensino foram atendidos.

Dessa forma, nesses dois anos, 3.996 estudantes conheceram o Edifício Sede do TJDF, participaram de palestra com magistrados, aprenderam sobre cidadania e conheceram o funcionamento e a história do Judiciário do Distrito Federal.

Atividades nesse sentido são primordiais para a promoção da cidadania, pois atuam na aproximação dos cidadãos com o Tribunal. Apresentam o funcionamento do Judiciário, evidenciam a existência de direitos e deveres destinados a todos brasileiros. Ademais, destacam o papel do Judiciário para garantir o cumprimento da lei.

Segundo relato de uma das professoras que acompanhou os alunos durante as atividades “a presença de um juiz para esclarecimento de dúvidas aos alunos é importante e aproxima a sociedade da justiça. A visita da escola ao Tribunal é fantástica, pois os alunos podem ter a oportunidade de conhecer o espaço físico e se sentir parte da sociedade”. Também foi destacado pelos docentes que “os alunos gostaram de ver os símbolos da justiça, a maquete, a galeria de fotos, o vídeo institucional, datas das construções e a mudança do TJDF, da esplanada ‘pra cá’”.

Assim, o Memorial TJDF contribuiu no cumprimento da Meta 4 do CNJ: “implantar pelo menos um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou quaisquer espaços públicos”.

